



INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO TERESINENSE: CONTRIBUIÇÕES PARA PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM

INVENTORY OF ARCHITECTURAL HERITAGE TERESINA: CONTRIBUTIONS TO PRESERVATION OF LANDSCAPE

Víctor Veríssimo Guimarães

Universidade Federal de Campina Grande, UFCG

victorverissimo@live.com

Alcília Afonso de Albuquerque e Melo

Universidade Federal de Campina Grande, UFCG

kakiafonso@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objeto de estudo as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Extensão "Inventário do Patrimônio Cultural Teresinense" em prol do acervo arquitetônico moderno de Teresina-PI. O objetivo geral é apresentar o processo de construção desse grupo na Universidade Federal do Piauí, contextualizando-o com a evolução do conceito e da prática de preservação na cidade de Teresina. Entre os objetivos específicos estão: apontar a metodologia de trabalho desenvolvida, enumerar os resultados já obtidos e discutir a apropriação desse movimento dentro da conjuntura social teresinense. A justificativa para a apresentação deste produto é compartilhar junto à comunidade acadêmica bem como a sociedade como um todo, a experiência da realização desse tipo de trabalho de cunho inventarial a partir de uma iniciativa particular para uma finalidade social. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se a pesquisa histórica, assentado no pensamento de Benévolo(1984) que vê esse método como essencial para o entendimento de um objeto analisado. O aporte teórico foi encontrado em obras de Argan (1991), Piñon (2006), Pinheiro (2003) e Afonso (2016), que abordam com maior enfoque a construção da linguagem moderna da arquitetura e o desenvolvimento de conceitos e processos de conservação e preservação do acervo moderno.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna de Teresina. Memória. Cidade.

Abstract

This article has as object of study the activities developed by the Extension Group "Inventory of Cultural Heritage Teresina" in favor of the modern architectural heritage of Teresina-PI. The overall objective is to present the process of building this group at the Federal University of Piauí, contextualizing it with the evolution of the concept and practice of preservation in the city of Teresina. The specific objectives are: to point the developed work methodology, list some of the results already achieved and to discuss the appropriation of this movement within the Teresina social environment. The justification for the presentation of this product is to share with the academic community and society as a whole, the experience of this kind of inventarial nature of work from a particular initiative for a social purpose. For the development work we used historical research, seated at the thought of Gracious (1984) that sees this approach as essential to the understanding of an object analyzed. The theoretical framework was found in works of Bruand (1981), Lemos (1979), Segawa (1998), Comas (2002) and Tinem (2010), which deal with greater focus the construction of the modern language of architecture and development concepts and processes of conservation and preservation of modern acquis.

Keywords: Modern architecture Teresina. Memory. City.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a paisagem arquitetônica da cidade de Teresina, e seu objeto de estudo se volta a preservação da memória urbana local no que tange a modernidade. O objetivo geral desse trabalho, nesse sentido, se concentra em apresentar as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Extensão "Inventário do Patrimônio Cultural Teresinense", vinculado ao Centro de Tecnologia da



Universidade Federal do Estado do Piauí- UFPI, determinando todas as suas frentes de trabalho, suas etapas e sua metodologia. Os objetivos específicos são incentivar grupos sociais a participar de ações que busquem a preservação e conservação da memória e identidade arquitetônica da capital piauiense; assim como, descrever parte da história das ações em prol do patrimônio local.

A justificativa para a apresentação deste produto é compartilhar junto à comunidade acadêmica bem como a sociedade como um todo, a experiência da realização desse tipo de trabalho de cunho inventarial a partir de uma iniciativa particular para uma finalidade social. Em relação a problemática apresentada cabe-se destacar que ao longo do tempo se sucederam várias tentativas de construção de um inventário para a cidade de Teresina, que no entanto nunca foram concluídas, frente a questões burocráticas de cunho governamental e a inoperância dos órgãos de salvaguarda do patrimônio. De forma geral, o que se percebeu dentre os produtos efetivos de inventário nessas tentativas, foi que os bens descritos apresentam análise pouco profunda e se voltam basicamente aos estilos neoclássico e eclético, deixando marginalizados e desprotegidos os bens modernos, de importância análoga a aqueles.

Foi na tentativa de corrigir esses problemas e garantir proteção aos bens arquitetônicos de forma mais ampla, técnica e detalhada, que o grupo de extensão “Inventário do Patrimônio Cultural Teresinense”, passou a promover seminários de discussão, minicursos de aprendizagem em análise arquitetônica e fotografia e a realizar um novo trabalho de inventário, com cronograma de etapas e de construção de produtos bem definidos, como a produção de fichas de descrição, análise fotográfica completa dos edifícios, desenho de plantas, reprodução dos edifícios em mídias 3d e inserção de dados em plataforma de acesso público.

Realizar tal projeto vem possibilitando articular a organização do inventário do patrimônio cultural e natural teresinense, integrando áreas de ensino, pesquisa e extensão, com as políticas públicas urbanas municipais, beneficiando os cidadãos através de ações de educação patrimonial e preservação da memória coletiva.

O grupo de extensão “Inventário do Patrimônio Cultural Teresinense” corresponde a uma ramificação do Grupo de Pesquisa fom.PI. CNPq/UFPI, que ao longo de mais de dez anos produziu inúmeras atividades entre elas: seminários, minicursos, oficinas e cinco livros, dentre os quais estão: "Arquitetura piauiense" (Afonso e Moraes, 2009), "Documentos da Arquitetura Moderna" (Afonso e Negreiros, 2010), "Teresina 160 anos: Arquitetura e documentação" (Afonso, 2013), "Teresina em Aquarelas" (Afonso e Marques, 2014) e Arquitetura Moderna em Teresina. Guia (Afonso e Veríssimo, 2015).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 A PROBLEMÁTICA NA PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Segundo Pinheiro (2003), o processo de preservação do acervo arquitetônico moderno é relativamente fácil, se comparado ao de exemplares da arquitetura tradicional, seja por razões temporais, que possibilitam que os autores das obras primas ainda estejam vivos; ou por conta de apresentarem uma documentação projetual mais substancial, acessível e deslocável se comparadas àquelas.



Entretanto, a ideia de reconhecer a arquitetura moderna como patrimônio ainda é recente, que definitivamente só se substanciou com a atuação de organizações como o ICOMOS, a partir de Paris, em 1985, e o próprio DOCOMOMO, criado no final da década de 1980, tendo sua primeira conferência em 1990, como corrobora Pádua (2013).

Nesse sentido, observa-se uma grande diversidade de ações nos edifícios modernistas pelo potencial como patrimônio cultural. Entende-se as obras modernas como patrimônio cultural tendo por base os escritos de fruição e apropriação da arquitetura como cultura material descrito por Piñon:

[...]a noção de arquitetura como patrimônio arquitetônico tem uma dimensão pública que é inerente à sua essência: a não ser que seja reduzido ao seu mero valor econômico – em cujo caso seria suficiente para lhe conferir credibilidade – tanto no seu aspecto afetivo e simbólico como no estritamente estético, o patrimônio requer uma base social que o aprecie e lhe confira sentido histórico. (PIÑON, 2006, p. 164.)

Françoise Choay contextualiza a amplitude do campo de preservação quando afirma que “arquiteturas e espaços não devem ser fixados por uma ideia de conservação intransigente, mas manter sua dinâmica” (CHOAY, 2008). Sendo a cidade um espaço múltiplo de transformações constantes, cria-se uma incoerência no trato patrimonial, levantando diversos questionamentos a respeito de como preservar. É necessário compreender o patrimônio dentro do seu tempo, considerando que tais edificações foram concebidas em outro período histórico, e por isso há dificuldade em adequar-se ou de ser aceito na cidade contemporânea. O patrimônio deve ser entendido dentro da sua condição atual e as particularidades precisam ser inseridas neste contexto.

Segundo Argan (1991), não se deve haver na cidade uma distinção entre área “histórica” e área “moderna”, para ele uma sociedade que não dá valor a sua história e tem as obras de arte como peças do passado, fora de um momento contemporâneo, fazem com que se conceba como obras de arte o que está nos museus, e assim se perca a noção de fatos urbanos como fatos artísticos. Argan afirma que a cidade é obra humana, testemunho de memórias, e, portanto, fato artístico. A distinção entre área “histórica” e área “moderna” gera sentimento anti-histórico à zona nova da cidade e um caráter somente histórico à zona antiga, assim, a cidade moderna cresce e a cidade histórica se estagna, refletindo na falta de uso e de preservação discutida por Rossi.

Dessa forma, no campo mitigatório de restauro e conservação desses tipos de edifício deve-se prezar pelo respeito a obra, à sua história, ficando claro que todas as ações devem se resguardar de explicações histórico-críticas. Além disso todo o processo deve ser acompanhado de estudos aprofundados sobre o objeto, considerando sua relação com a sociedade.

Face a esse cenário, no entanto, o que casualmente se percebe são intervenções que não consideram as teorias e cartas, que referenciam e resumem anos de debates de como se intervir num bem. Isso só reforça a complexidade de intervenção patrimonial, seja ela moderna ou não, bem como a necessidade de se entender desde o objeto até as leis de restauro, com os valores a serem preservados.

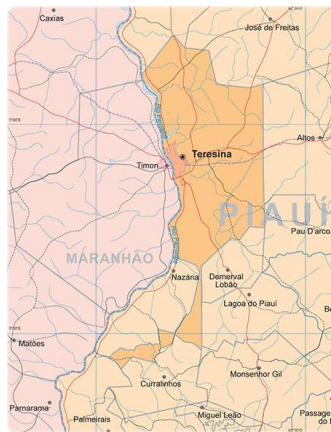


2.2 A CIDADE DE TERESINA, A QUESTÃO INVENTARIAL E A CRIAÇÃO DO GRUPO DE EXTENSÃO “INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL TERESINENSE”

2.2.1 TERESINA E SUA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

No manual sobre o perfil de Teresina (1993), disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Teresina, é reportado que o município está localizado à margem direita do Rio Parnaíba, ao lado do município maranhense de Timon, a $05^{\circ}05'12''$ de latitude sul e $42^{\circ}48'42''$ de longitude oeste. Apresenta clima tropical e chuvoso (megatérmico) de savana, com inverno seco e verão chuvoso, com precipitação mensal média de 1.339 mm, temperatura do ar de $26,8^{\circ}\text{C}$ e umidade relativa do ar 70%. Segundo Afonso (2002), o ambiente natural urbano de Teresina é marcado pela presença de dois rios, o Poti e o Parnaíba (figura 1); seu relevo é plano, sua vegetação é caracterizada pelas espécies que compõem a mata dos cocais

Figura 1 – Mapa da Cidade de Teresina



Fonte: Ministério do Turismo. (2012)

No documento “Teresina Agenda 2015: Plano de Desenvolvimento Sustentável”, elaborado em 2008, é relatado que o desenho da cidade de Teresina foi cuidadosamente traçado, uma vez que fora planejada para tornar-se a nova capital do Piauí, a partir de 1852. (Moura Fé, 2002) O seu fundador, o Conselheiro Saraiva então Presidente da Província do Piauí, escolheu um local “alto e aprazível” à margem direita do rio Parnaíba, no topo mais regular do planalto que se forma entre as últimas curvas dos rios Parnaíba e Poti, antes do seu encontro, na barra do Poti.

A cidade inicialmente era constituída de uma área central formada por um largo destinado à construção da praça, da igreja e de edificações administrativas, seguidos por lotes residenciais, distribuídos em quadras organizadas em formato de tabuleiro de xadrez. No que concerne ao seu planejamento urbano, a nova capital do Estado apresentou-se, inicialmente, com um traçado planejado, onde os cruzamentos de suas ruas formavam ângulos retos.

Esse traçado geométrico foi representado graficamente por primeira vez em 1855. O Estado, como principal agente produtor e consumidor do espaço geográfico, foi o grande responsável pela construção, ocupação e ordenação da cidade de Teresina. Os prédios históricos erguidos no início da construção do município obedeciam a um padrão colonial e sediavam instituições públicas, moradias das elites governamentais, comerciais e fazendeiros da época, além de armazéns às margens do rio



Parnaíba, na Avenida Maranhão, zona portuária importante.

Muitas das edificações situadas nessa área, hoje, já se encontram descaracterizadas e/ou demolidas, a exemplo de várias casas da Rua Paissandu, do famoso Bar Carnaúba, na Praça Pedro II e outros, que se encontram em péssimo estado de conservação. Algumas dessas edificações, antigas residências de pessoas da elite da cidade, cederam lugar a outras atividades comerciais e de prestação de serviços, como por exemplo, os estacionamentos.

Além dos limites do centro histórico, onde situa-se parte do patrimônio moderno, o processo de descaracterização também é percebido; edifícios de grande importância na compreensão da evolução histórica da cidade, bem como da formação desse estilo arquitetônico, são totalmente modificados, quando não suplantados por outras obras, situação essa fruto da falta de um cadastramento dessas obras, de uma legislação de proteção para esse tipo específico de construção, bem como pela diminuta sensibilidade e insignificante consciência de conservação e apropriação histórica por grande parte população

2.2.2 A PRÁTICA PATRIMONIAL NO MUNICÍPIO

No tocante às unidades gestoras de conservação, no Piauí, sabe-se que a presença e as ações de órgãos como a Superintendência do Iphan PI são antigas, remontando o início do século XX, com o tombamento de monumentos nas cidades de Oeiras (1939) e Piracuruca (1940), bem como a Fundação Estadual de Cultura – FUNDAC, que iniciou suas atividades a partir da década de 1970. Contudo, a preocupação patrimonial na capital do Estado, Teresina, só veio ganhar instrumentalização em 2006, quando foi sancionada a Lei Complementar Nº. 3602, que “dispõe sobre a preservação e o tombamento do patrimônio cultural do município de Teresina”. Sobre esta, cabe-se salientar, que mesmo recente, apresentou várias incongruências face aos conceitos e discussões acerca dos mecanismos de proteção, sendo até a hoje a única legislação atuante no município.

Sobre a prática inventarial em Teresina, sabe-se que se iniciou no ano 1988, sob a promoção da Prefeitura Municipal de Teresina através da iniciativa do arquiteto e urbanista Olavo Pereira da Silva Filho, especialista na área de patrimônio cultural e arquiteto piauiense que atuou anos trabalhando com preservação patrimonial em Minas Gerais, bem como, prestando consultorias técnicas no Maranhão e Piauí.

Olavo Pereira nasceu em 1947 em Campo Maior, município localizado na região norte do Piauí, estudou arquitetura e urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais, graduando-se em 1973. Trabalhou na Fundação João Pinheiro e foi diretor durante vários anos do IEPHA/ Instituto estadual do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais, tornando-se um especialista em Restauração e Conservação de Conjuntos e Monumentos Históricos. É até hoje, um ativista em pesquisas sobre patrimônio histórico e continua desenvolvendo trabalhos na área, residindo atualmente no Piauí. Escreveu duas importantes obras sobre patrimônio cultural, Arquitetura Luso Brasileira no Maranhão (edição 1986) e Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí, que em 2008, venceu a 21ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade na categoria Pesquisa e Inventário de Acervo, organizada pelo IPHAN.

Em 1988, Olavo Pereira foi contratado pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, unidade de gestão cultural no município, na diretoria da professora Cecília Mendes, para dar início ao inventário do patrimônio de bens imóveis de Teresina, contudo o processo foi estagnado ao término da gestão municipal.



Somente em 2010, a Fundação Cultural Monsenhor Chaves retomou o trabalho, montando uma equipe formada por um jovem arquiteto na época, Sanderland Ribeiro, e a arquiteta Luciene Cardoso, havendo convidado um grupo composto por oito estagiários de arquitetura, sendo quatro da UFPI, e quatro do Instituto Camilo Filho. Iniciou o trabalho de inventário fotografando e elaborando fichas iniciais, a fim de ordenar os bens imóveis da cidade, sem, contudo, implantar uma metodologia que pudesse gerar um produto mais consistente para o mesmo. Assim, durante o passar dos anos, com a mudança na gestão municipal, o interesse da política pública na área cultural mudou, e o trabalho permaneceu estagnado.

Frente a essa situação, o extinto grupo de pesquisa Amigos do Patrimônio CNPQ/UFPI, em outubro de 2013, coordenado pela professora Alcília Afonso, decidiu colaborar com este trabalho, e busca uma forma de tentar concluir o trabalho estagnado e inacabado, que possuía os arquivos guardados em computadores da Fundação Municipal de Cultura. Para tanto, convidou novamente o arquiteto Olavo Pereira, professores pesquisadores e especialistas em patrimônio cultural, de três instituições de ensino de arquitetura local para retomar este inventário: da Universidade Federal do Piauí; do Instituto Camilo Filho e da UNINOVAFAPI.

Utilizando de uma metodologia baseada em outros modelos de inventários nacionais, como por exemplo, os da Bahia e de Pernambuco, as fichas foram retomadas, revisadas, e atualizadas, e através da coordenação da professora coordenadora do Grupo de pesquisas, houve uma divisão de tarefas, cabendo a cada uma das instituições e seus respectivos professores, desenvolverem as fichas que seguem a mesma metodologia para tipologias estilísticas distintas.

O grupo permaneceu ativo até início do ano de 2015, quando, por questões operacionais, preferiu-se transformá-lo num grupo de extensão de abrangência maior e de atuação permanente para os alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPI.

2.2.3 A CRIAÇÃO DO GRUPO DE EXTENSÃO “INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL TERESINENSE”

Criado em Fevereiro de 2015, sob a supervisão da professora Dra. Alcília Afonso, o grupo contava com 3 bolsas permanentes financiadas pela Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Piauí, cujas vagas até hoje se alternam com os alunos de maior aproveitamento universitário e de melhor rendimento nos cursos internos de capacitação sobre o tema de preservação e metodologias. Além desses 11 alunos contribuem de forma voluntária com as atividades do grupo.

- **METODOLOGIA DE TRABALHO ADOTADA**

A metodologia de trabalho que vem sendo adotada no grupo se apropria do método proposto pelo grupo internacional FORM, do departamento de projetos arquitetônicos da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, ETSAB/UPC, que se divide em duas categorias:

1) Uma primeira, de cunho teórico, na qual os alunos envolvidos realizam pesquisas bibliográficas sobre a modernidade arquitetônica internacional, nacional e regional; Tal pesquisa é realizada utilizando fontes primárias (projetos originais encontrados em arquivos privados e públicos) e secundárias (projetos publicados em livros, revistas e jornais da época estudada), utilizando também a busca de informações em “sites” mundiais, encontrados na Internet, que tratem sobre o tema, visando que os alunos aprendam a observar a arquitetura moderna, realizando estudos que busquem identificar



elementos e soluções arquitetônicas que possuam valores e que podem e devem ser retomadas na contemporaneidade.

2) Uma segunda, de cunho prático projetual, na qual, os alunos desenvolvem as análises das obras através das seguintes ações: 1. Levantamento do acervo arquitetônico moderno teresinense, em arquivos municipais e privados, selecionando os principais exemplares. 2. Entrevista com arquitetos ou familiares, que produziram as arquitetura do Estado do Piauí. 3. Redesenho em autocad (trabalho de digitalização) das obras modernas selecionadas para análise dos critérios. 4. Análise dos critérios projetuais relacionadas à estrutura, planta, coberta, volumetria, soluções de esquadrias e revestimentos.

Os programas gráficos possuem uma importância fundamental nestas pesquisas, pois desde o princípio, o resgate fotográfico da obra existente e do projeto arquitetônico original, o escaneamento de imagens, o redesenho do projeto em “AutoCAD”, a limpeza das descaracterizações dos edifícios, e o tratamento das imagens pesquisadas em programas como o “adobe photoshop”, a reconstrução virtual através de programas de “3ds” e a “renderização” para a obtenção de uma aproximação maior com a realidade de texturas e de materiais, são ferramentas indispensáveis que vêm sendo utilizadas pelos estudantes pesquisadores. GASTÓN e ROVIRA (2007) elaboraram um guia básico de investigação sobre o projeto de arquitetura moderna, desenvolvido nesta fase, cujo objetivo é o de facilitar a exaustão do tema estudado, enfocando o ponto de vista e apresentando ferramentas para operar o material documental de maneira eficiente, assim como, ilustrar o modo mais adequado de elaborar e apresentar as conclusões.

- **ETAPAS DE TRABALHO**

Preferiu-se quanto ao procedimento de catalogação dos bens edilícios primeiramente analisar os documentos já existentes das demais tentativas de inventário, observando-se as tipologias, quantidades, nível de aprofundamento de levantamento. A partir desta análise observou-se que os acervos arquitetônicos neoclássicos e ecléticos já eram bem diversificados, alguns incipientes, mas de maneira geral bem definidos se comparados ao inventário dos bens arquitetônicos modernos, que não apresentaram nenhum registro nas duas tentativas de inventário. Em função dessa situação buscou-se iniciar o processo metodológico inicialmente com os exemplares modernos e posteriormente os vernaculares, ecléticos e neoclássicos.

Mesmo o processo inventarial sendo permanente e constante, grande parte do acervo moderno já foi cadastrado e catalogado pelo grupo. Como uma atividade de extensão, cada resultado é entregue e divulgado no âmbito público, servindo nesse sentido como peça integrante de atividades de educação patrimonial nos ambientes físicos como escolas e faculdades, bem como no meio virtual, com a divulgação em redes sociais e sites.

2.3 O INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO MODERNO DA CIDADE DE TERESINA

O processo de construção do inventário no Piauí, com o reconhecimento e profundidade que possui nos dias de hoje deriva de um longo processo, cuja responsabilidade recai principalmente no nome da pesquisadora Alcília Afonso de Albuquerque e Melo, arquiteta, natural de Pernambuco, hoje, professora aposentada da Universidade Federal do Piauí e funcionária efetiva na Universidade Federal



de Campina Grande, onde faz parte de seu quadro de professores, lecionando as disciplinas de teoria da arquitetura e do urbanismo e projeto de arquitetura.

Remontando essa história, de acordo com Afonso (2016), a pesquisa sobre arquitetura moderna piauiense se iniciou por volta do início do ano 2000, quando a mesma passou a orientar um grupo de alunos do curso de arquitetura e urbanismo da UFPI a catalogar alguns dos edifícios de maior significância dentro da cidade de Teresina. De acordo com o depoimento o nível de aprofundamento de análise ainda era muito incipiente, sem a existência de uma base metodológica definida.

Mesmo em meio as deficiências, a atividade precursora deu frutos, como a publicação de um pequeno fascículo, chamado “*Cadernos de Teresina*”, com aproximadamente 200 tiragens, considerado a primeiro documento acadêmico a conter pesquisas sobre a arquitetura moderna do Piauí. Além dessa, também de forma pioneira, pela primeira vez a temática moderna passou a fazer parte de pesquisa de pós-graduação, em que se destaca a dissertação de Sampaio (2005), originário do grupo de pesquisa criado em 2000.

Numa segunda fase desse processo, por volta do ano de 2008, Afonso, recém chegada do Doutorado em Projetos Arquitetônicos, pela ETSAB/UPC, criou um grupo específico de pesquisa de estudos e investigações das obras modernas em Teresina, apropriando-se para tanto da metodologia de pesquisa do grupo FORM, já descrita nesse trabalho. Como resultado desse novo levante de pesquisas, houve a primeira publicação essencialmente moderna, o livro “*Documentos da Arquitetura Moderna*”, por Afonso em 2010, bem como a apresentação de outros trabalhos de dissertação acerca do tema, como o de Negreiros (2012) e Daniel (2014). Além do reconhecimento do edifício como objeto arquitetônico e cultural, verificou-se uma valorização dos profissionais que produziram essas obras.

Mais recentemente, com a criação do grupo de extensão “*INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL TERESINENSE*”, ocorre a continuidade desse processo, com prosseguimento das atividades de pesquisa-ação, tendo como objetivo focalizado a articulação e a organização do inventário do patrimônio cultural e natural teresinense, beneficiando os cidadãos através de ações de educação patrimonial e preservação da memória coletiva. De modo específico este tende a apoiar e qualificar recursos humanos através de curso de capacitação na área patrimonial, estruturar e difundir o acervo através de website, guias, cartões postais e exposições; assim estimulando e difundindo a cultura.

Como produto desse processo histórico, em agosto do ano de 2015, em meio a comemoração do aniversário de 163 anos, foi lançado o livro: *Arquitetura Moderna em Teresina. Guia*, de autoria da arquiteta Dra. Alcília Afonso e do arquiteto Esp. Víctor Veríssimo, que trata-se de um apanhado documental e imagético de toda a história da modernidade na capital piauiense, construído com base em todo o acervo armazenado desde 2000, quando essa perspectiva de estudo se iniciou.

Sobre o projeto do Guia, atingiu-se um certo diferencial por tentar “*blocar*” por rotas, os quatro períodos da modernidade - a protomodernidade, a modernidade precursora, a consolidada, a tardia - foi uma maneira de tentar organizar metodologicamente, os exemplares, por períodos, relacionados à etapas da história sócio cultural, política e econômica nacional, que de certa forma, influenciou cada momento.

A protomodernidade teresinense, por exemplo, esteve diretamente vinculada à uma produção do poder público durante o Estado Novo, realizando as obras vinculadas ao discurso político da Era Vargas. Observa-se a tentativa em ser moderno- limpar volumes, abandonar ornamentos, buscar as formas puras.



A modernidade precursora chegou com certo atraso em Teresina, no final dos anos 50, trazendo influências diretas da Escola Carioca, por ter sido produzida por arquitetos cariocas, ou por profissionais que ali estudaram e realizaram suas obras na cidade, como por exemplo, Antônio Luiz, Miguel Caddah, Anísio Medeiros. As obras, essencialmente “modernas”, foram produzidas nesse segundo momento. Observa-se o uso de pilotis, esquadrias em fita, plantas e fachadas livres.

A modernidade consolidada trabalha com um recorte que vai do início dos anos 70 ao final da ditadura militar, 1985- produzindo exemplares realizados com a tecnologia do concreto armado, na época do “milagre econômico” brasileiro, no qual os governadores a serviço da ditadura militar constroem as grandes obras, que se tornam símbolos desse período, e marcos urbanos, que demonstravam a força do Estado. Estádios de futebol, Tribunal de Justiça, sedes de instituições estatais adotam a linguagem brutalista como expressão arquitetônica desse momento. A modernidade tardia, por fim retrata a permanência de certos conceitos e práticas em construções já contemporâneas.

A criação desse guia, bem como a fundação desse grupo de extensão foi realizada no intuito de criar registros de base inventarial que contribuam com estruturação do acervo municipal, e acelere o processo de proteção desse hall de bens que se encontram atualmente desprotegidos pelas leis e pelo inventário teresinense.

3. DISCUSSÃO

O projeto justifica-se por conta de determinados condicionantes, como exemplo o fato do inventário da cidade não estar concluído; a existência de uma demanda social urbana pela conclusão do inventário – bens sendo demolidos e descaracterizados; pelo fortalecimento da Política Pública Urbana de Preservação Cultural Municipal – departamento sem estrutura humana e material; a necessidade de interação entre as instituições de ensino, a cidade e a sociedade; além da carência de ações de educação patrimonial para a sociedade; sendo assim um trabalho contínuo e constante, que necessita de atualizações consecutivas.

Pretende-se realizar um diálogo com a cidade através da interação da população com os órgãos responsáveis pelas atividades, como exemplo a prefeitura e a universidade, por meio de discussões, debates e ações sobre patrimônio cultural. Estimulando os grupos sociais a tomar parte das ações que procuram a preservação e conservação da memória e identidade arquitetônica da capital piauiense.

Sendo importante salientar que o reconhecimento, a memória coletiva por uma determinada comunidade com um lugar, edifícios e a própria cidade, é necessidade determinante de valor pra que um bem seja tombado, sendo o inventário parte deste processo. Os bens patrimoniais podem ser tangíveis ou intangíveis. Os tangíveis podem ser móveis ou imóveis. E dentro dessa classificação estão incluídos os bens naturais e construídos. Como explica AFONSO (2015). “O valor pode ser sentimental, histórico, cultural, arquitetônico, urbanístico, entre outros, e dependendo dessa valoração, o grau de preservação varia.” E como elucida Queiroz (2009):

Valorizar o patrimônio vai, portanto, muito além do respeito aos monumentos, obras de arte, museus. O que chamamos de patrimônio cultural vincula-se às pessoas e à sua ação, às histórias, hábitos e expressões, realidades que pertencem ao passado da população e cujos vestígios ainda fazem parte do cotidiano. Preservar é, então, uma atualização constante da memória e dos valores que definiram aquele objeto ou expressão cultural como representativos e, portanto, patrimônio da coletividade [...] (QUEIROZ, 2009).

No decorrer das pesquisas tomou-se um foco dos estudos na cidade de Teresina, a qual é importante resaltar é uma cidade nova, planejada, e data de 1852, possuindo apenas cento e sessenta e três anos,



e por isso, sua produção arquitetônica é constituída pelos estilos neoclássico, eclético, art dèco, moderno e contemporâneo (AFONSO, 2002). Portanto, o trabalho de inventário dos bens imóveis abarca este recorte estilístico.

A necessidade de um inventário mais abrangente ganha fundamentação com o episódio do Tribunal de Justiça do Piauí, obra do arquiteto carioca, radicado em Pernambuco Acácio Gil Borsoi, que passa atualmente por um processo de reforma, cuja estrutura e paisagem sofrem intensos riscos de modificação. O processo de construção do projeto arquitetônico, encabeçado pelos juízes e desembargadores do Tribunal, vem sendo sustentado e prosseguido mesmo cheio de contradições e incoerências burocráticas, legais e conseqüentemente jurídicas. Como exemplo, é sabido as incongruências em relação a lei de ocupação e preservação, bem como a lei de direito autoral, entre várias tantas.

Atualmente existe um processo de tombamento pelo Iphan Nacional, cuja material técnico foi repassado quase em sua totalidade pelo grupo, o que reforça sua importância e a necessidade de uma base inventarial legal mais ampla e melhor difundida. É sabido que associado a necessidade material de registro arquitetônico nas nossas cidades é necessário uma base de ensino e cultura do patrimônio. O que se espera que se desperte o quanto antes por este trabalho em conjunto, e que medidas como essa em Teresina no campo acadêmico se repitam em outros locais.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Alcilia e MARQUES, Rômulo. **Teresina em Aquarelas**. Teresina: EDUFPI, Gráfica Cidade Verde. 2014.

AFONSO, Alcilia e MORAES, Michele. **Arquitetura piauiense**. Teresina: EDUFPI, Gráfica Aliança.2009.

AFONSO, Alcilia e NEGREIROS, Ana Rosa. **Documentos da Arquitetura Moderna em Teresina**. Teresina: EDUFPI, Gráfica Halley, 2010.



AFONSO, Alcília e VERÍSSIMO, Víctor. **Guia de Arquitetura Moderna em Teresina**. Teresina: EDUFPI, Gráfica Cidade Verde. 2015.

AFONSO, Alcília. A trajetória da pesquisa sobre modernidade arquitetônica na UFPI: depoimento. [21 de março, 2016]. Teresina. Entrevista concedida a Víctor Veríssimo Guimarães.

_____. **Antonio Luiz. Arquiteto**. Teresina: EDUFPI, Gráfica Halley, 2012

_____. **Arquitetura em Teresina: 150 anos**. Da origem à contemporaneidade. Teresina. EDUFPI, Gráfica Halley, 2002.

_____. **Documentação da Arquitetura. Teresina, 160 anos**. Teresina: EDUFPI, Gráfica Aliança. 2013.

ANDRADE, Artur S. **Arquitetura residencial modernista: a influência da escola carioca nos projetos de Anísio Medeiros em Teresina**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade de Brasília, Brasília, 2005

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2008.

DANIEL, Letícia Soares. **Arquitetura Moderna em Teresina : Reflexos de em Arquiteto Migrante. Análise dos critérios projetuais em Edifícios Institucionais**. Dissertação de Mestrado, PROPARG-UFRRGS, 2012.

GASTÓN,C; ROVIRA,T. **El proyecto Moderno: Pautas de Investigación**. Barcelona: Ediciones UPC, 2007.

MOURA FÉ, IRACILDE. **Teresina Agenda 2015: Plano de Desenvolvimento Sustentável**. Prefeitura Municipal de Teresina, 2002. Disponível em: < <http://www.teresina.pi.gov.br/portalpmt/orgao/SEMPPLAN/doc/20080924-160-591-D.pdf> >. Acesso em: 15 fev. 2014.

NEGREIROS, Ana Rosa. **A produção Arquitetônica de Acácio Gil Borsoi em Teresina. Análise dos critérios projetuais em Edifícios Institucionais**. Dissertação de Mestrado, PROPARG-UFRRGS, 2012.

PÁDUA, Carolina Dal Ben. **Arquitetura Moderna: um estudo sobre preservação**. Dissertação de Mestrado FAUSP, 2013.

PINHEIRO, M. L. B.. **Dilemas na Preservação da Arquitetura Moderna: o edifício da FAUUSP**. In: V Seminário DOCOMOMO Brasil, 2003, São Carlos. *Arquitetura e Urbanismo Modernos: projeto e preservação*, 2003.

PIÑON, H. *Teoria do Projeto*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006

QUEIROZ, E. **Educação: um caminho para a preservação do patrimônio**. Cempaipac, Ituberá, mar.2009. Disponível em: < <http://cepaipac.wordpress.com/2009/11/03/hello-world/> >. Acesso em: 05 março. 2016.

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Teresina: aspectos e características – Perfil 1993**. Teresina: PMT.1993